

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA
MUNICIPAL DE SANTA COMBA DÃO, REALIZADA NO
DIA 21 DE NOVEMBRO DE 2011:-----**

Aos vinte e um dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, no Auditório Municipal de Santa Comba Dão pelas quinze horas e dez minutos, teve lugar a quinta e última sessão ordinária do corrente ano da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1.1-RENUNCIA AO MANDATO- ESMERALDO FERREIRA GOMES= PREENCHIMENTO DE VAGA;

1.2-APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 2011.

II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

2.1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO;

2.2- MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011-3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S" =APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.3-ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2012 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4 º E 5º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.4- PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2012= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.5- IP3 - NOVA PONTE SOBRE A FOZ DO RIO DÃO-KM 75+310/DEMOLIÇÃO DA PONTE ANTIGA- PROJETO DE EXECUÇÃO. PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL;

2.6- PEDIDO DE DESAFETAÇÃO DE TERRENO DO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL PARA O DOMÍNIO PRIVADO DO MUNICÍPIO (ANTIGO ARTIGO 1751 DA FREGUESIA DE TREIXEDO);

2.7- PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMI DOS LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTACOMBA DÃO XXI= APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO;

2.8- CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO= INDICAÇÃO DE UM CIDADÃO DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALÍNEA K, DO ARTº 4º DO

REGULAMENTO), A DESIGNAR PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PS, EM SUBSTITUIÇÃO DO CIDADÃO ESMERALDO FERREIRA GOMES.

III PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presidiu aos trabalhos o Sr. Prof. Salvador Manuel Correia Massano Cardoso, secretariado por Fernando Marques Soares Veloso e Carla Maria Pereira de Sousa. Participaram também na sessão, tomando assento nas bancadas que lhes estavam destinados os Srs. Deputados João Duarte Boto Martins, César Fernando Lima Branquinho, Paula Francisca Rodrigues Gomes, Edite da Conceição Alves da Cruz, José Augusto Morais de Sousa, Inês Maria Varela Matos, Joaquim Pereira Rodrigues, Pedro Miguel Soares Veloso, Luís Artur Loureiro Pereira, Leandra Margarida Prata Cordeiro, Fernando Abel Simões, João Pedro Antunes de Almeida Costa, Isabel Maria dos Santos Ferreira Cruz, Márcia Sofia Gonçalves Marques, Ana Paula Silva Figueiral Ferreira, Vital Esteves Lopes, Manuel Luís Leitão Morais, Hélder Morais dos Santos Dias, José Jorge, José Rui Batista Alves Ferreira, Fernando Manuel Dias Almeida e Costa, Rui José de Sousa Branquinho Ramos, António Augusto Lourenço Antunes, José Machado Neves dos Santos e Paula Cristina Massano Nunes Correia.

Verificou-se a ausência do Sr. Deputado José Marques Duarte da Cruz que justificou a falta.

A sessão começou com o ponto um da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.

Ponto um ponto um: RENUNCIA AO MANDATO- ESMERALDO FERREIRA GOMES= PREENCHIMENTO DE VAGA. Foi dada posse ao cidadão Hélder Luís Santos Pereira que passou assim a fazer parte da Assembleia Municipal de Santa Comba Dão.

Seguiu-se para o ponto um ponto dois: APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO DE 16 DE SETEMBRO DE 2011. Pediu a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel que solicitou a retificação para a expressão que lhe é atribuída na página nº 2 “a eficácia foi posta sobre a legalidade” para “a eficácia não pode sobrepor-se à legalidade”. Esta solicitação foi aceite e não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a ata aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente da Assembleia abriu de seguida as inscrições para intervenções dos Srs. Deputados neste período. Inscreveram-se os Srs. Deputados Luís Artur, Inês Matos, Leandra Cordeiro e Boto Martins.

Dada a palavra ao Sr. Deputado Luís Artur este fez a intervenção que consta do anexo nº1 desta ata fazendo parte integrante da mesma.

Para responder à questão que foi colocada foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que a responsabilidade sobre o acesso ao início da Ecopista não é deste executivo nem do anterior, como se sabe o espaço é da Refer que o concessionou a um areeiro por um contrato que julgava acabar dentro de dois anos. Estão a decorrer conversações com a Refer no sentido de logo que aquele contrato acabe e não sendo renovada a licença ao areeiro se acabe a Ecopista no sítio onde ela devia começar, exatamente no km zero da antiga Linha do Dão.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Inês Matos que referiu a mensagem do Sr. Presidente na Câmara presente no site oficial da Câmara Municipal. Uma vez que a considerava muito importante e este ser o local mais indicado para a analisar leu parte dessa mensagem onde se focava o problema da recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e os problemas e consequências da não separação dos diversos resíduos e a sua colocação nos

contentores respetivos. Apelou a que esta separação se faça pois daí resultarão benefícios para todos como por exemplo o não agravamento das tarifas. A deposição dos resíduos no contentor comum acarreta para a Câmara Municipal uma despesa muito maior da que resultaria se os resíduos fossem separados e colocados nos contentores respetivos. Quanto mais reciclarmos menos pagaremos, não podemos dar-nos ao luxo de criticar e dizer que as tarifas são muito altas quando somos os primeiros a despejar todo o tipo de lixo doméstico no contentor comum. Estaremos a melhorar o ambiente e a diminuir uma despesa corrente elevadíssima, deu o exemplo do valor faturado ao Município no último mês de setembro que foi de mais de 47 mil euros. Este valor poderá ser diminuído em função do número de toneladas de lixo separado que for recolhido. Referiu depois a situação que existe ainda em Portugal onde o cidadão continua a ter a faculdade de se lhe apetecer reciclar e não entender a situação como uma obrigação e uma necessidade, o que não acontece na maioria dos países europeus e onde o não cumprimento da reciclagem tem coimas elevadíssimas. Referiu que Santa Comba Dão já está muito bem equipada ao nível de ecopontos e que é deste tipo de mensagens que precisamos. A pedagogia é fundamental e achava que os políticos deviam privilegiar este tipo de informação que é útil e que nos ensina também.

Foi dada de seguida a palavra à Sra. Deputada Leandra Cordeiro que fez a intervenção que consta do anexo nº2 desta ata fazendo parte integrante da mesma.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Deputado Boto Martins que começou por se referir à pouca presença de público na sessão quando se tinha assistido à intervenção da Sra. Deputada Inês Matos onde a mensagem tinha todo o seu apoio e merecia uma maior divulgação, por isso sugeriu ao Sr. Presidente da Câmara para ter em devida conta o número reduzido de público que vai consultar o site da Câmara Municipal, o número reduzido de público ao qual a mensagem foi transmitida e que estude um meio de sensibilizar o maior número de pessoas para uma temática importante que previa abordar nesta sessão pois ao ler num jornal teve conhecimento que já havia concelhos em Portugal a procurar cumprir a diretiva comunitária sobre o cumprimento das disposições para reduzir o volume de RSU a depositar em aterros e a diminuir o volume de RSU a reciclar. Anteriormente já tinha abordado esta questão de forma diferente ao pronunciar-se contra a injustiça da atual cobrança das tarifas para o tratamento dos RSU que ao serem incluídas na fatura da água são injustas por um lado e por outro lado não levam ninguém a preocupar-se com a diminuição dos resíduos produzidos nas suas casas. Se consumir menos água paga menos de RSU, pois o custo para o tratamento dos RSU é determinado pelo consumo de água, se tiver um furo artesiano ou um poço no quintal pode consumir água à vontade e não pagar nem água nem taxa de RSU. É uma situação a que tem que se pôr termo, não só por uma questão de justiça, mas também pela necessidade de se proteger o ambiente e de se garantir que uma grande superfície dos concelhos desta Associação não venha a ser ocupada num futuro mais ou menos longínquo por aterros sanitários. Segundo o que leu há dois Municípios que estudam a adoção de um sistema de cobrança de tarifas para o tratamento dos RSU diferente do nosso, tentando até a possibilidade do pagamento direto por cada munícipe do lixo que é produzido. Isto acarreta um investimento de 3 milhões de euros o que para Santa Comba Dão é inviável. Antes tinha a esperança que essa Associação tivesse a capacidade de fazer esse investimento mas também pelo que percebeu isso não é possível. Focou a seguir a existência de mais um parque de estacionamento do lado oposto às bombas da Galp e a seguir ao parque de Táxis. Disse que no regulamento de trânsito aprovado na Assembleia Municipal não estava previsto naquele local um parque de estacionamento, nem parque de estacionamento pago. Ouvia algumas

discussões se era legal pagar o estacionamento num local onde tal não estava previsto. Além desta situação queria colocar a questão de como a receita deste pequeno espaço de estacionamento pago era integrada no contrato de concessão onde não se previa a existência deste parque, portanto a empresa que explora os parques teve um aumento de receita que não estava previsto. Perguntou também se era esta a situação que irá acontecer a todos os parques que eventualmente venham a ser criados sem que inicialmente estivessem previstos.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por se referir ao sistema de tratamento e recolha de RSU. O facto de se indexar a partir de um determinado valor as tarifas ao consumo da água, pois há um valor fixo para todos, era a única forma de não colocar todos no mesmo patamar, pois nem todos fazem exatamente o mesmo lixo, uma família de duas pessoas é diferente de uma família com cinco pessoas e é suposto e há estudos que a família de cinco pessoas também consome mais água que a outra. Seria interessante ter um sistema melhor, houve um estudo para se fazer a recolha porta a porta, mas devido à dispersão da população no concelho isso é impraticável, teria que haver uma frota enorme de veículos, isso acarretaria uma duplicação da despesa que agora já é bem grande. Se um dia houver essa possibilidade ela terá que ser tomada por todos os Municípios da Associação e não cada um por si. Dizia também ao Sr. Deputado que devido aos investimentos feitos, que têm sido bastante avultados, é possível ter hoje o aterro sanitário com mais de trinta anos de vida útil, porque neste momento já estão a funcionar um conjunto de equipamentos que permitem prolongar a sua vida e ter alguma receita com a produção de energia, receita essa que do momento serve para amortizar o investimento feito. Sobre a comunicação às pessoas da necessidade de se fazer reciclagem, achava que já nem devia ser preciso, mas infelizmente ainda é, não era a primeira vez que abordava esta questão, quer nos jornais locais quer no site e também nesta Assembleia, mas também cada um de nós lá fora podia transmitir às pessoas o que é necessário fazer. Tem-se feito divulgação nas escolas que tem dado frutos, deveria ser feito nas empresas e em todos os locais, para por um lado o sistema ficar mais barato e por outro lado preservarmos o nosso ambiente. Em relação aos parques, para a Câmara é legal, estão criados e estão a ser pagos, caberá a quem acusa fazer nos locais próprios o ónus da prova. A receita vai para a empresa que ainda tem um grande encargo e portanto toda essa receita vai diretamente para suportar esse encargo que tem a ver com as obras que foram feitas e com os equipamentos que foram comprados.

Seguiu-se para o ponto dois da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DA ORDEM DO DIA.

Depois de se ter dado cumprimento ao determinado pelo ponto dois do Artº19º do Regimento, passou-se para o ponto dois ponto um: INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO.

O Sr. Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que em relação à informação dada sobre a atividade do Município e que foi anteriormente disponibilizada aos Srs. Deputados focou em pormenor as Obras Municipais onde no corrente ano e até à data já foram gastos em mão de obra e materiais mais de 835 mil euros. Focou as áreas mais significativas onde incidiram estas obras e o seu valor, enaltecendo o valor profissional dos funcionários da Câmara que ao contrário do que às vezes é dito na sua esmagadora maioria dão o melhor. Em relação à situação financeira focou os valores dos quadros que foram apresentados e realçou que até à data a situação financeira se está a comportar conforme as expectativas, a contenção das despesas e o aproximar dos valores da despesa ao valor da receita. Antes lamentou que algumas datas da informação não estivessem

corretas mas era o resultado de se irem buscar as informações anteriores. Informou também a Assembleia que tem sido contactado por diversas entidades no sentido de transmitir o apelo para a disponibilidade e sensibilidade de todos se inscreverem como doadores de medula óssea face a um caso recente de uma criança que necessita do transplante, inscrições essas que naturalmente servirão para outros casos.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que teceu algumas observações sobre a situação financeira. Referiu a alusão na informação sobre o prejuízo que a Lei das Finanças Locais causa a Santa Comba Dão, lamentava e desejava que a Lei ao estabelecer diferenças beneficiasse e não prejudicasse SCDão. Desconhecia até que ponto era lícito dizer que onde há muitos habitantes e pouca área fica mais caro dotar as pessoas do bem-estar a que têm direito e não sabia até que ponto é que isso era correto. Também não achava que fosse a Assembleia Municipal que tivesse condições para inverter esta situação e procurar uma alteração à Lei, pelo contrário na atual conjuntura o executivo terá mais condições para o fazer, aproveitando até a próxima alteração à divisão administrativa. O certo é que quando o Sr. Presidente da Câmara foi eleito em 2005 já a Lei estaria em vigor, segundo pensava. Alertado de que a Lei entrou em vigor em 2007 disse que seria a partir daquela data que teve aquela realidade, até 2007 já tinha embarcado na moderna sociedade do consumismo e eventualmente recorrido a alguns empréstimos que contribuíram para a atual situação da Câmara embora do anterior já viesse alguma coisa e não acreditava que fosse só dos dezasseis anos anteriores pois a situação deve ter começado depois da intervenção do FMI nos anos 80 e todos os governantes depois desse período tiveram responsabilidades nesta matéria. Os governantes e os políticos cometeram os erros e agora quem tem que os pagar somos todos nós. Os erros que eventualmente o Sr. Presidente da Câmara tenha cometido ou venha a cometer não será ele a pagá-los mas sim todos os municípios. O recurso ou a tentativa de minorar as responsabilidades que cabem aos responsáveis políticos com este tipo de argumentos de que a Lei das Finanças Locais prejudica SCDão é aceitável, mas não justifica de maneira nenhuma que se cometam os erros, nem está ao nosso alcance porque não nos compete alterar a legislação.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que ninguém esconde as responsabilidades que tem na situação financeira da Câmara, pelo contrário assumem as suas e até as dos outros. Naturalmente não queria ser beneficiado, mas também não queria ser prejudicado e o apresentado baseia-se em factos. A atual Lei das Finanças Locais não alterou a forma de cálculo das transferências do Estado prevista na anterior Lei, o que veio alterar foi o limite do endividamento onde não foi permitido aos Municípios pelo menos um ano para se adaptarem. Esta Lei será revista no próximo ano e esperava que viesse retificar algumas coisas. A Lei estaria bem feita quando não tínhamos estruturas no País e hoje o que é necessário é pagar serviços. Por exemplo em RSU, luz, transportes escolares e outros, as despesas de SCDão são muito maiores do que as de Mortágua, Tábua e outros pois tem mais população. As despesas resultam do número de pessoas e não do número de pinheiros ou eucaliptos. Lamentou que o Sr. Deputado apenas se referisse àquela parte da informação financeira e não se debruçasse sobre o conteúdo dos parágrafos seguintes onde se provava que tinha havido investimento. Havia dívida na verdade, ela existe mas a obra também.

Apesar de não estar inscrito foi dada a palavra ao Sr. Deputado Fernando Abel que solicitou uma intervenção. Focou a afirmação de que o Município não geria receitas suficientes para o nível de compromissos que assumiu, dizendo que essa era também uma das suas

preocupações, pois tem chamado a atenção para situações em que alertaram para esta possibilidade. Perguntava e porque se tratava de opções tomadas no passado, na construção dos Centros Educativos feitos na base da parceria quanto custou a diferença de IVA ao Município, que custos foram acrescidos por se ter constituído a Combanima dado que a Câmara está protegida pela base de IVA e as Empresas Municipais não estão. É dito também que é necessário fazer um redimensionamento à Câmara Municipal e perguntava o que propunha quanto à metodologia para atingir tal desiderato. Quando se observam dividas de curto prazo de mais de 6 milhões de euros, elas trazem reflexo na vida empresarial local ao trazerem dificuldades a quem tendo servido a Câmara Municipal se vê privado da sua estabilidade financeira para continuar os seus negócios se por ventura não se receber em tempo útil.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por explicar que a construção dos Centros Educativos só se podia fazer com a parceria, pois a Câmara não tinha capacidade de endividamento e ainda não se provou que a Câmara pudesse recorrer ao crédito excecional para além dos limites do endividamento, mas também tinha que o pagar, assim como tem que pagar na parceria mas em condições muito melhores das que teriam com empréstimos bancários. Também quando se diz que os Centros Educativos feitos através da parceria não são candidatáveis ao QREN, dizia que estão candidatados, estando-se apenas a aguardar que haja abertura da plataforma para terem respostas às candidaturas feitas, estas enquadram-se perfeitamente pois os regulamentos foram mudados. Houve penalizações por se ter andado tão depressa na sua construção. Hoje não se recebe dinheiro do Ministério da Educação para o transporte dos alunos que utilizam os novos Centros Educativos enquanto que as Autarquias que os construíram mais tarde são financiadas nesta situação em cerca de 300 euros por aluno, há estas injustiças que representam encargos. Em relação à Combanima, é natural tomarem-se as decisões conforme as necessidades e não fosse a Combanima estar hoje a funcionar e muitos dos serviços que a Câmara presta teriam entrado em colapso, portanto a Combanima não é assim um peso morto tão grande. O Sr. Deputado disse que a Câmara estava protegida pela base do IVA, não sabia o que isso era, a Câmara paga IVA e pelo contrário nem sequer o pode ir buscar, a Combanima é que o pode ir buscar. Quanto à dívida aos privados era também uma preocupação da Câmara, mas desta dívida cerca de 3 milhões já foram recebidos pelos fornecedores através de contratos feitos com bancos a quem a Câmara está a pagar. Mais de 60% desta dívida é a três empresas e ainda uma quarta que é a Associação de Municípios do Planalto Beirão que também já recebeu através de um contrato com um banco. A Câmara continua com a dívida mas têm um intermediário a quem pagam agora sendo um procedimento normal. Esperava que nos próximos dois anos a dívida abatesse significativamente, principalmente aos fornecedores a quem se tem dívida direta. A banca irá recebendo em função dos contratos feitos.

Seguiu-se para o ponto dois ponto dois: MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO 2011-3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GOP'S" =APRECIAÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que se pretendia baixar o valor final do orçamento pois há projetos que não são executados e que tornam a sua percentagem de execução mais baixa. A base do orçamento baixa cerca de 600 mil euros. Não houve grandes alterações, havendo apenas trocas de verbas de algumas rubricas para outras.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo esta revisão aprovada por maioria com 19 votos a favor (17 do PPD/PSD e 2 do PS – Srs. Deputados Hélder Dias e Fernando Costa) e 10 abstenções do Partido Socialista.

Passou-se para o ponto dois ponto três: ORÇAMENTO DA RECEITA E DESPESA E GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O ANO DE 2012 / MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DOS ARTIGOS 4.º E 5.º DA LEI Nº 12-A/2008, DE 27 DE FEVEREIRO= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este fez a apresentação do Orçamento de 2012 apresentando os principais valores e gráficos através de Power Point. O Orçamento apresenta um valor de 13 703 400 euros, dividido em despesas e receitas correntes no valor de 7 448 758 euros e despesas e receitas de capital no valor de 6 254 642 euros. As Grandes Opções do Plano apresentam um valor de 8 678 150 euros, o que em relação a 2011 tem uma diminuição de cerca de 32%. Fez a comparação entre os valores apresentados no orçamento de 2011 e os de 2012 nos diversos capítulos. Na generalidade das rubricas verifica-se um valor menor. O que se pretende é aproximar o orçamento da realidade económica e financeira do Município. Apresentou o valor do orçamento com base zero (caso não houvesse dívidas) e que teria o valor de 7 056 487 euros. As despesas de capital neste caso têm o valor mais baixo de sempre em resultado da necessidade do equilíbrio financeiro. Se for cumprido este valor a dívida poderá diminuir para cima de um milhão de euros, o esforço será feito no sentido deste valor ser cumprido.

Pedi a palavra o Sr. Deputado Boto Martins que começou por dizer que era uma boa notícia a diminuição da dívida em um milhão de euros caso o orçamento fosse cumprido, contudo o pior era que se andariam dezoito anos para equilibrar as contas caso a dívida seja de 18 milhões, caso seja superior andaremos mais anos. Em relação ao orçamento reconhecia que este seria o menos irrealista dos últimos anos, estando-se finalmente quase a voltar à “contabilidade de merceiro” a que atribuía grande valor pois poucas vezes falhou. Considerou que nalguns domínios o orçamento consegue grandes progressos. Referiu os mais de 6 milhões da dívida transitada que forçam o orçamento a ser inflacionado, mas não se podia esquecer que este valor era dos últimos dois anos, porque em 2009 foi contraído um empréstimo de 6,5 milhões no âmbito do PSF para pagamento das dívidas a curto prazo e que portanto ficaram a zero. Mesmo atendendo que há receitas do QREN que ainda não foram recebidas no total de dois milhões e tal, temos dívidas de curto prazo de quase quatro milhões. Quanto ao PS o orçamento podia ir mais longe e os Vereadores da oposição e o independente recomendaram outras soluções que podiam ser úteis e que podiam levar mais longe o saldo positivo que está previsto, se tudo correr bem no fim do próximo exercício. Na rubrica “Rendas, Locação Financeira” há uma diminuição surpreendente da despesa, mas como é que as rendas a pagar por exemplo dos Centros Educativos baixam, subindo os juros, não compreendia a não ser que houvesse um prolongamento do prazo ao longo do qual vai ser pago e nessa altura andaremos a pagar mais anos para liquidar esse encargo. Disse ter passado por um local à noite, fora do aglomerado nuclear da cidade, ficando surpreendido com a profusão da iluminação pública visto ser pouco habitado, ali ainda havia espaço para reduzir a despesa, supunha que haveria muitos outros locais onde a despesa com energia se podia reduzir sem pôr em causa a segurança das pessoas e bens, para não falar no corte das despesas com a assessoria política do Sr. Presidente focada já várias vezes. O Orçamento é o menos mau dos últimos anos na medida em que é mais realista e se aproxima das receitas e das capacidades reais da Câmara, mas quanto ao PS não vai suficientemente longe nesse desiderato e inclusivamente no que é reconhecido pelo Sr. Presidente, pois segundo lhe tinha parecido não estaria garantido o cumprimento do PSF.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por dizer que os falados 18 milhões não poderão ser reduzidos a zero em dezoito anos, pois há cerca de 12 milhões que são encargos bancários e que têm os seus próprios prazos. A preocupação é a dívida de curto prazo que sendo de cerca de 6 milhões seja paga em quatro anos, não será fácil mas é um dos objetivos. Em relação à referência feita ao PSF, o que disse foi que este Orçamento foi até onde podia ir, não tendo qualquer folga. Em relação às declarações dos vereadores, nomeadamente os do PS naturalmente que terão a resposta mas no sitio certo que são as reuniões da Câmara. A Locação Financeira já previa inicialmente que as rendas fossem evolutivas, isto é que as rendas viessem a ser adaptadas em função da taxa de inflação, isto não é passar dívida para o futuro, mas sim fazer a gestão correta. Em relação à iluminação pública o trabalho já foi feito em SCDão passando agora para as restantes freguesias, no entanto queria dizer ao Sr. Deputado que seria bom que procurasse saber quem autorizou a colocação destes candeeiros no meio dos pinhais, era importante saber isso pois essas pessoas é que agora deveriam ser responsabilizadas, também o contestou e nunca autorizou que se colocassem candeeiros no meio dos pinhais, mais nunca autorizou que se colocassem candeeiros dentro de propriedades privadas a iluminar casas privadas o que ainda era mais grave. Já foram comunicadas várias situações destas e a EDP foi desligar esses candeeiros. Sabia que o Sr. Deputado era uma pessoa atenta, que gostava da sua terra e gostava de chamar a atenção para estes pormenores, mas ao mesmo tempo que detetar estas situações devia saber quem mandou colocar estes pontos de luz. O que pedia era que antes de se colocarem as questões, que soubessem a sua origem e o que se passou, pois por vezes há muito interesse em “meter veneno”. Em relação à assessoria política, achava que era um direito que tinha, o que garantia era que trabalhava desde as nove da manhã até à uma da madrugada e às vezes ao fim de semana e portanto achava que tinha o direito de ter alguém que o ajudasse a fazer esse trabalho.

Seguiu-se a intervenção da Sra. Deputada Inês Matos que começou por destacar e louvar o enorme esforço que foi feito no sentido de diminuir o valor do Orçamento que não terá folgas e terá que ser cumprido à risca. Considerou que até agora e neste mandato as grandes questões colocadas foram sempre as mesmas: criação da Combanima, Centros Educativos e assessorias do Sr. Presidente da Câmara. Relativamente à Combanima desafiava o Sr. Presidente a apresentar os seus resultados para que a Assembleia possa efetivamente perceber qual o seu trabalho, se vale a pena, se todo o esforço que se faz para a manter se justifica. Haverá muita informação que terá de ser disponibilizada e portanto começava já a pedir que na próxima Assembleia dissesse claramente se se justifica a sua existência, se cumpre efetivamente o seu objetivo, o que pretende fazer com ela tendo em conta o documento verde da Reforma da Administração Local. Em relação aos Centros Educativos que são apontados como uma decisão leviana, como uma decisão irresponsável e já foram adjetivados na sua perspetiva da forma mais redutora possível tendo em conta o fim que servem. Como já foi dito, cada Centro Educativo custou cerca de 3 milhões de euros, sendo dois deles pagos através da parceria público-privada. Ao longo dos últimos seis anos o PS nacional foi dizendo que estas parcerias eram a solução, deviam ser incentivadas sendo o exemplo mais flagrante o das SCUT e hoje todos teremos que pagar portagens devendo haver grandes constrangimentos principalmente pelos Espanhóis que veem a Portugal. Estas parcerias foram consideradas como uma coisa fantástica não obstante os maus exemplos que já podíamos ter recolhido na Europa e no resto do Mundo, pois elas já existem há décadas. Por tudo isto considerava que os Centros educativos deviam ser mais dignificados pois foi um

investimento na Educação do Concelho, se foi uma má opção ou uma boa gestão será um tema interessante quanto à responsabilização política dos políticos e teríamos muitos políticos atuais ou anteriores para responsabilizar. Referiu a Casa da Cultura construída há já uns anos e que custou na altura cerca de 3 milhões de euros, portanto o valor de um Centro Educativo e se lhe perguntassem o que preferia na altura diria que preferia a construção de um Centro Educativo pois achava que o dinheiro seria muito melhor investido na Educação do que na Cultura, sem desrespeito pela Cultura, mas preferia apostar na educação das crianças de SCDão. Em relação ao gabinete pessoal do Sr. Presidente da Câmara referiu o seu percurso desde a sua entrada na Câmara assistindo a várias situações de colegas que foram contratados na altura e colocados no gabinete do Sr. Presidente ou dos Srs. Vereadores. Hoje vê os nomeados pelo Sr. Presidente da Câmara a exercerem as funções para que foram nomeados, é um direito que a Lei lhe confere, ao contrário do que acontecia. Enquanto via esses colegas nomeados como secretários, via-os a receber como secretários e assessores no final do mês mas a não exercerem essas funções e ela enquanto Técnica Superior a receber como Assistente Administrativa como tinha aceite quando foi nomeada. Achava que se sobrevalorizavam questões, infelizmente gostaria que fosse a despesa que está a ser feita com os assessores que ao ser cortada resolvesse os problemas da Câmara Municipal mas tinha a certeza que isso não os resolvia, portanto não se devia sobrevalorizar o que não tem tanto valor.

Não havendo mais intervenções passou-se para a votação sendo o Orçamento para 2012 e o Mapa de Pessoal aprovados por maioria com 18 votos a favor (17 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado Hélder Dias) e onze abstenções do PS.

O Partido Socialista entregou na Mesa uma declaração de voto que constitui o anexo nº3 desta ata fazendo parte integrante da mesma.

Passou-se para o ponto dois ponto quatro: PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS A CURTO PRAZO, EM 2012= APRECIACÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este referiu tratar-se de uma situação que se verifica todos os anos. Este empréstimo não tinha sido previsto no Orçamento mas era uma situação que devia ser acautelada para qualquer situação de emergência. Não se sabia ainda até que valor o empréstimo podia ir mas calculava-o em cerca de 500 mil euros.

Não havendo pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo este pedido de empréstimo aprovado por unanimidade. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Boto Martins.

Seguiu-se para o ponto dois ponto cinco: IP3 - NOVA PONTE SOBRE A FOZ DO RIO DÃO-KM 75+310/DEMOLIÇÃO DA PONTE ANTIGA- PROJETO DE EXECUÇÃO. PEDIDO DE EMISSÃO DE DECLARAÇÃO DE INTERESSE MUNICIPAL.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que a atual ponte se encontra degradada e é intenção das Estradas de Portugal construir uma nova ponte ao lado da antiga. O pedido de emissão desta declaração relaciona-se com a urgência da sua construção e por isso com a necessidade de ultrapassar várias fases do concurso de construção que teriam que ser feitas em condições normais.

Não havendo pedidos de intervenção este pedido de emissão de declaração foi aprovado por unanimidade. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Boto Martins.

Passou-se para o ponto dois ponto seis: PEDIDO DE DESAFETAÇÃO DE TERRENO DO DOMINIO PUBLICO MUNICIPAL PARA O DOMINIO PRIVADO DO MUNICIPIO (ANTIGO ARTIGO 1751 DA FREGUESIA DE TREIXEDO).

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este informou que se tratava de um prédio que foi doado à Câmara Municipal há algum tempo, que está afeto ao domínio público municipal e que era para ser demolido. Devido aos encargos que isso acarreta e outras dificuldades o mesmo não foi demolido. Atualmente há interessados na sua aquisição para a sua adaptação para estacionamento de veículos, para isso terá que se passar o edifício para o domínio privado do Município.

Não havendo pedidos de intervenção esta desafetação foi aprovada por unanimidade. Esteve ausente da votação o Sr. Deputado Boto Martins.

Seguiu-se para o ponto dois ponto sete: PROPOSTA DE ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMI DOS LOTES QUE CONSTITUEM A URBANIZAÇÃO SANTACOMBA DÃO XXI= APRECIÇÃO E EVENTUAL APROVAÇÃO.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara esse informou a Assembleia que a Câmara não conseguiu executar as infraestruturas previstas para a área que constitui aquele loteamento e que eram da sua responsabilidade. Por essa razão o atual proprietário não conseguiu vender os lotes e teve que pagar o respetivo IMI. Uma vez que a culpa não é do atual proprietário, mas sim da Câmara é solicitada a isenção de pagamento do IMI pelo prazo de três anos a partir de 2011, prazo que a Câmara considera necessário para construir as infraestruturas necessárias e previstas. Por outro lado este investidor natural de SCDão deveria na sua opinião ter um tratamento justo pois é um potencial investidor no futuro.

Solicitou a palavra o Sr. Deputado Boto Martins dizendo que reconhecia que por um lado a Câmara tivesse necessidade de angariar receitas e por outro lado houvesse necessidade de acarinhar investidores especialmente os locais, mas vendo esta questão por outra perspectiva achava que não seria justo criarem-se situações de desigualdade pois um outro investidor poderá não ter o mesmo tratamento. Também terá que se ter em conta a posição do investidor que é prejudicado devido ao facto de a Câmara não ter feito aquilo a que se tinha comprometido pois não pode rentabilizar o seu investimento, mas este investimento também já foi vantajoso pois o seu preço foi muito inferior ao inicialmente previsto. Havia também que ter em conta futuras isenções em loteamentos que a Câmara venda não se especificando quais e em que condições, conforme a proposta serão todos. Neste caso há elementos a ter em conta e que não haverá necessariamente em futuros loteamentos pois quando ocorressem logo se veria. Pesando todos estes elementos não podia concordar que a Câmara tenha incorrido na situação de um compromisso que não foi cumprido, mas quando fez o loteamento já sabia que não teria os cerca de 350 mil euros para cumprir com o estabelecido, o que não abonava a seu favor. Perante tudo custava-lhe aprovar a proposta, mas também lhe custava inviabiliza-la. Devia ser uma situação a evitar no futuro custando-lhe passar um “cheque em branco” para todos os loteamentos que se viessem a fazer.

Para responder foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que esclareceu que em relação a outras situações se houver condições para começar a sua venda, claro que não haverá isenções. Uma coisa é comprar um terreno urbano e outra é comprar um terreno rústico. Em relação aos compromissos o investidor foi sempre informado das dificuldades de execução das infraestruturas mostrando sempre compreensão. Neste caso eram cerca de 3 mil euros que no universo total dos impostos da Câmara tinha pouca importância e era preferível

ter o investidor satisfeito. Em relação à verba necessária para concluir as infraestruturas esta será inferior a um terço do valor que o Sr. Deputado referiu.

Pedi depois a palavra o Sr. Deputado Fernando Abel que disse ter ficado esclarecido com as observações feitas. Aceitava que a Câmara tivesse tido dificuldades em executar as obras e aceitava no caso concreto a situação proposta. Para situações futuras custava-lhe admitir pois a Câmara não se podia colocar no mercado de venda em concorrência com os investidores privados que não estão isentos de IMI e era em nome desses valores que não concordava. Parecendo-lhe razoável que saíssem da proposta os casos futuros de isenção e nestes casos sempre que eles surgissem debatê-los caso a caso. Ir-se-ia abster.

Não havendo mais pedidos de intervenção passou-se para a votação sendo a isenção aprovada por maioria com 18 votos a favor (17 do PPD/PSD e um do PS – Sr. Deputado Hélder Dias) e 11 abstenções do PS.

Passou-se para o ponto dois ponto oito: CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA DE SANTA COMBA DÃO= INDICAÇÃO DE UM CIDADÃO DE RECONHECIDA IDONEIDADE (ALÍNEA K, DO ARTº 4º DO REGULAMENTO), A DESIGNAR PELO GRUPO PARLAMENTAR DO PS, EM SUBSTITUIÇÃO DO CIDADÃO ESMERALDO FERREIRA GOMES.

O Partido Socialista indicou para o Conselho Municipal de Segurança de SCDão o Sr. Hélder Luís Santos Pereira. Esta indicação posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Para que as deliberações tomadas tivessem efeitos imediatos foi de seguida lida a minuta da ata desta sessão que posta à votação foi aprovada por unanimidade.

Seguiu-se para o ponto três da Ordem de Trabalhos: PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

Pedi para intervir o Sr. Luís Carlos Tavares de SCDão que focou o novo parque de estacionamento pago no Largo da Eira Velha e Rua do Casal onde ainda se realizam obras, há buracos e pedras soltas. Depois focou a informação do Sr. Presidente da Câmara ao dizer que as empresas de construção civil tinham as dívidas pagas ou quase pagas através dos acordos de regularização de dívida feitos com os Bancos mas informava que num relatório recente de uma Associação que reúne todas as Empresas de Construção Civil do País, SCDão aparece na pior posição com dívidas superiores a 360 dias.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este concordou que havia ainda obras a decorrer no largo da Eira Velha mas os lugares de estacionamento foram aumentados, foram retificadas algumas coisas, o trabalho será feito e talvez se tenha agravado com as últimas chuvas. Em relação às dívidas na realidade elas estão na Câmara, as empresas já receberam mas é à Câmara que vão tirar os dados. Tudo isto poderá ser comprovado pelos documentos existentes. Haverá algumas dívidas antigas a terceiros não a empresas de construção civil, estando a ser negociados nestes casos planos de pagamento.

Seguiu-se a intervenção do Sr. Ramiro Fernandes Gomes que fez a sua intervenção na qualidade de proprietário do Restaurante Panorâmico da Sra. da Ribeira. Referiu a situação em que apareceu o restaurante e onde ao fim de seis anos da sua existência autorizaram mais dois estabelecimentos similares no local, o que não achou muito correto. Tinha comprado em hasta pública a licença do restaurante e nesse contrato a cláusula nº9 obriga-o a estar aberto todo o ano tendo apenas um mês de férias, solicitava a alteração desta cláusula pois apareceram os dois novos estabelecimentos e no inverno não há negócio. Tem uma esplanada legal pagando os direitos, feita no seu terreno e tem conhecimento que todos os que têm esplanadas no Concelho não pagam qualquer tipo de renda à Câmara achando que a situação devia ser retificada e todos pagarem. Disse também que foi abordado para não deixar passar carros

para além da vedação do parque existente, cumpriu o pedido e nunca mais abriu o portão a ninguém, agora este portão foi aberto por uma funcionária da Câmara à volta de quinze dias atrás e não foi fechado até hoje.

Dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara este disse que em relação à cláusula deveria ser feito um requerimento à Câmara solicitando a sua alteração. Em relação às esplanadas há uma deliberação antiga que isenta o pagamento de taxa de esplanada os café e os restaurantes que as usam, não isenta de licenciamento o que é diferente. Quanto ao acesso aos parques estava agora a ter conhecimento da situação, os principais beneficiários da intervenção feita pela Câmara são os proprietários dos negócios ali existentes e deviam ser os primeiros a manter as condições, agora se há gente que altera as regras de uma forma ilegal irá atuar.

Não havendo mais intervenções o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos desejando um Bom Natal e um Bom Ano Novo e deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas e vinte cinco minutos dela se lavrando a presente ata que depois de votada vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

ANEXO Nº 1

Senhor Presidente da Assembleia Municipal
Senhores Secretários
Senhor Presidente da Câmara Municipal
Senhores Deputados
Senhores Vereadores
Estimado Público

Jk
11/11/21
JK

A Ecopista do Dão ainda não tem cinco meses de vida e já é um caso de sucesso. É a maior ecopista do país e muito provavelmente a melhor. É muito apreciada tanto pela segurança como pelo seu traçado e ainda pela sua integração com o meio envolvente. Apesar do seu curto tempo de vida atrai já utilizadores vindos de todos os pontos do país. É já, na minha opinião, a principal atracção turística do concelho e o seu melhor postal. Dado a sua alta taxa de utilização por pessoas provenientes de todo o país, é um veículo indicado para a promoção do concelho. Deixo a sugestão: - a colocação, em pontos estratégicos, de publicidade ao concelho. É uma pequena semente, certamente, mas para colher é preciso semear.

Apesar de a sinalização proibir a utilização da ecopista por veículos motorizados, alguns cidadãos desrespeitam esta elementar regra, colocando em perigo as vidas daqueles que a usam devidamente. Contribuem também para uma deterioração precoce do piso. Como se não bastasse o desrespeito pela sinalização e pelas mais básicas regras do civismo, ainda o fazem a grande velocidade, utilizando a ecopista como uma espécie de pista de corrida. Não há qualquer desculpa para este tipo de comportamento, pois apesar de o regulamento de utilização estar em discussão pública, a sinalização existente é para respeitar e o civismo também é uma grande virtude. Só a fiscalização e a consequente aplicação de coimas fará entender a algumas mentes qual a utilização devida de uma ecopista.

Termino com uma pergunta para o Sr. Presidente da Câmara:

- Qual o ponto as situação da melhoria do acesso ao inicio da ecopista (feito através da estação do caminho de ferro) ?

Santa Comba Dão, 21 de Novembro de 2011



Luís Pereira

ANEXO N=2

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal,

Exmo Sr. Presidente da Câmara,

Senhores Deputados,

Estimado Público,



Handwritten signature and date: 11/11/21

Muito se tem falado nos últimos dias da designada Reforma Administrativa ou Reforma da Administração Local. Entre especulações, contradições e contra-informações, a verdade é que o debate se tem reduzido à reorganização do território com a aglomeração de freguesias, ignorando-se que esta é também uma reforma política e de gestão. Preconiza-se que se vive um tempo em que o modelo de gestão deve ser analisado e estruturalmente melhorado, permitindo-se o reforço do Municipalismo, num modelo mais forte e eficaz.

Com a emissão do designado “Livro Verde” aprofundaram-se questões, objectivaram-se pressupostos e directivas. Não obstante, lembro que a reforma administrativa é uma premissa do memorando assinado com a Troika, cuja responsabilidade foi assumida pelas principais forças partidárias, como devem estar recordados os senhores deputados; e que este governo escrupulosamente, com sentido de dever e responsabilidade, cumpre!

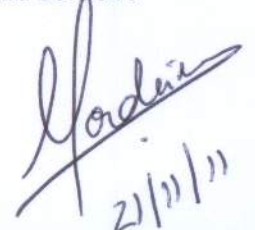
Lembro igualmente que este debate já tinha sido iniciado pelo anterior governo com imposições mais severas, inclusive, para os núcleos mais pequenos do poder local.

Com ou sem prejuízo para as populações, a verdade é que esta reorganização merece um olhar atento e desapaixonado, mas exige essencialmente o envolvimento e o compromisso de todos! Sabemos que não há reformas perfeitas, muito menos consensuais. No entanto, esta reforma é, como já foi referido, responsabilidade nossa, de todos! E exige, naturalmente um contributo válido daqueles que mais próximos estão das populações.

Neste sentido, e falando em concreto no nosso concelho, quando em cima da mesa se fala da extinção da freguesia de Nagosela, lanço directamente o desafio à bancada do partido socialista para que se pronuncie e esclareça esta assembleia, qual a sua posição?

Obrigado.

Leandra Cordeiro



Handwritten signature and date: 21/11/21

Declaração de voto dos deputados do PS

2.3 Orçamento da receita e despesa e grandes opções do plano para o ano de 2012

Considerando que:

- o orçamento que nos é apresentado para 2012 é o menos irrealista dos que foram submetidos a esta Assembleia nos últimos seis anos, já que sobrestima as receitas “apenas” em cerca de 6,5 milhões de euros, que é o valor da dívida de curto prazo que transita do exercício anterior; recorde-se que este valor se aproxima do montante do empréstimo autorizado por esta Assembleia em 2009, aquando da aprovação do Plano de Saneamento Financeiro Reformulado, que se destinava precisamente, na sua totalidade, à liquidação das dívidas de curto prazo e que parece não ter atingido o objetivo previsto;
- não se adopta ainda, apesar de às vezes dos vereadores da oposição na Câmara se ter já juntado a de uma outra vereadora, a solução de liquidar a empresa municipal Combanima, a qual representa encargos anuais para o orçamento municipal de cerca de 500 mil euros;
- o Executivo continua a apostar em hipotecar o futuro, por períodos cada vez mais dilatados, como se depreende, por exemplo, da redução da verba inscrita na rubrica destinada ao pagamento das rendas dos Centros Educativos, o que se consegue pagando menos em cada mês, mas pagando durante mais meses, isto é, durante um período superior aos trinta anos que inicialmente estavam previstos;
- embora se preveja já uma redução significativa da despesa corrente não se esgotam ainda neste Orçamento todas as possibilidades de redução dessa despesa, nomeadamente em matéria de assessores, de consumo de energia e combustíveis, etc.;

Tendo, no entanto, em conta que estamos pela primeira vez nos últimos anos perante um orçamento que representa já uma certa preocupação com a boa gestão do dinheiro dos contribuintes e uma tendência para o abandono das práticas de má gestão do Executivo a que nos habituámos, sem, contudo, serem suficientemente corajosas e determinadas para justificarem a nossa aprovação incondicional, os deputados do PS nesta Assembleia optam pela abstenção.

Santa Comba Dão, 21 de Novembro de 2011

Pela Bancada do PS

